

TERRITORIALIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO E RESISTÊNCIA CAMPONESA

The territorialization of agribusiness and peasant resistance

Francisco Valdenir Lima *

Resumo

O Projeto de Irrigação Várzeas de Sousa – PIVAS, localizado no alto sertão da Paraíba é considerado um dos novos espaços produtivos regionais. Idealizado pelo Governo Federal na década de 1950, somente em 1998 o projeto toma forma e, a partir de 2007, tem início a produção de grãos e de fruticultura irrigada para a exportação. O novo modelo produtivo implantado na área, contudo, provocou a expropriação e expulsão de centenas de famílias camponesas de suas terras, o que tem gerado uma conflitualidade manifesta, promovida por essa classe que luta contra o agronegócio e contra o modelo capitalista de produção. Com base nas transformações que se operam naquele espaço, este artigo procura analisar a luta camponesa para seu retorno a terra, suas formas de articulação e estratégias utilizadas para superar as adversidades cotidianas, bem como a tentativa de manutenção de suas raízes e do modo de vida camponês.

Palavras-chave: Várzeas de Sousa; Agronegócio; Campesinato; Conflitualidade.

Abstract

The Várzeas de Sousa Irrigation Project - PIVAS, located in the upper sertão of Paraíba State is considered one of the new regional productive spaces. Conceived by the Federal Government in the 1950s, the project only began to take shape in 1998 and since 2007 it has been producing irrigated grain and horticulture for export. However, the new production model installed in the area, has led to the expulsion and dispossession of hundreds of peasant families from their land, which has generated a manifest conflict, waged by the struggle of this class against agribusiness and the capitalist model of production. Based on the transformations operating in that space, this article analyzes the peasants' struggle to return to their land, their forms of articulation and the strategies they use to overcome daily adversity, as well as attempting to maintain their roots and the peasant way of life.

Key words: Floodplains of Sousa; Agribusiness; Peasantry. Conflict.

Resumen

El Proyecto de Riego Humedales de Sousa - PIVAS, que se encuentra en el interior de Paraíba se considera una producción regional de nuevos espacios. Concebido por el Gobierno Federal en la década de 1950, sólo en 1998, el proyecto va tomando forma y, desde 2007, se ha iniciado la producción de cereales y la horticultura de regadío para la exportación. El nuevo modelo de producción desplegados en la zona, sin embargo, llevó a la expulsión y desposesión de cientos de familias campesinas de sus tierras, lo que ha generado un conflicto manifiesto, promovido por la lucha de clases contra los agronegocios y contra el modelo capitalista. Basado en las transformaciones que se operan en ese espacio, este artículo analiza la lucha campesina por su regreso a la tierra, sus formas de articulación y estrategias utilizadas para superar la adversidad diarias, así como tratar de mantener sus raíces y la forma de vida campesina.

Palabras claves: Humedales de Sousa; Agronegocios; Campesinato; Conflicto.

(*) Prof. Msc. do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - BR 405, Km 154, Bairro Chico Cajá, CEP 59900-000, Pau dos Ferros (RN), Brasil. Tel.: (+55 84) 4005 4109 – valdenirlima10@hotmail.com

INTRODUÇÃO

A atividade agrícola, desde seus primórdios, tem sido de grande importância para a humanidade. Surgindo no período neolítico, como principal recurso voltado a subsistência, passou a ser desenvolvida sobretudo em planícies úmidas de diversas localidades do mundo, rompendo com o processo de nomadismo que até então caracterizava os grupamentos humanos.

Essa atividade ganhou maior impulso com a expansão populacional no mundo, alicerçada na melhoria das condições médico-sanitárias, que reduziu a mortalidade, e com o desenvolvimento tecnológico, que ampliou a capacidade produtiva do homem e a exploração do meio natural.

A crescente demanda da sociedade passou a se estruturar em produtos para além daqueles inicialmente voltados ao consumo direto e imediato da população, ou seja, à alimentação, mas também aos relacionados à fabricação de fibras e combustíveis. Fazendo surgir, em virtude de um padrão de consumo cada vez maior, a necessidade de apropriação de novas áreas e técnicas para atender a demanda de matérias primas e, principalmente, à acumulação de capital.

Esse processo que tem desbravado fronteiras, do mesmo modo, se deu com maior ou menor grau de intensidade em diversas localidades do Nordeste. Nesse viés, o avanço do capital agrário sobre a região tem possibilitado a formação de espaços agrícolas inseridos nos circuitos produtivos da agropecuária globalizada.

Toda essa dinâmica tem se dado graças às condições naturais favoráveis, aliadas aos investimentos públicos e privados que têm equipado o território, dotando-o de um aparato científico e tecnológico capaz de vitalizar e transformar lugares, antes considerados improdutivo, em novos locus de oportunidades. Isso tem sido engendrado para a atuação de grandes grupos empresariais dispostos a se instalarem na região e investirem com vistas ao seu desenvolvimento.

Contudo, tomando por base experiências concretizadas em diversas áreas do Nordeste, como a fruticultura irrigada desenvolvida nos Vale do Rio São Francisco (PE-BA), e na extensão de terras que vai do Vale do Baixo Açu (RN) ao Baixo Jaguaribe (CE), e na produção de soja nos cerrados nordestinos, nas cidades de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães (oeste baiano), Balsas (sul do Maranhão) e Uruçui (sudoeste piauiense), constatou-se que os resultados do processo de modernização nem sempre são positivos, já que promoveu o desfavorecimento e consequente processo de enfraquecimento/desaparecimento da agricultura camponesa. Em contrapartida, tem-se assistido a uma luta constante dos camponeses que buscam espaços no território ocupado pela atividade empresarial.

Desse modo, destaca-se nesse artigo a luta camponesa contra a expansão do agronegócio na área em que se assenta o Projeto de Irrigação Várzeas de Sousa – PIVAS. Tendo como foco a valorização e manutenção da autonomia e da identidade dos camponeses, possibilitando aos sujeitos sociais em questão, a busca de sua autoafirmação e suas atuações como protagonistas e não apenas como meros espectadores ou coadjuvantes no processo que norteia a formação daquele perímetro irrigado.

A RESISTÊNCIA CAMPONESA E A TENTATIVA DE MANUTENÇÃO DE SUA IDENTIDADE EM MEIO À TERRITORIALIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO NAS VÁRZEAS DE SOUSA-PB

As bases materiais e ideológicas em que se desenvolve a agricultura na atualidade refletem as mudanças que requalificam e redefinem o mundo rural e constituem, também, importantes mecanismos de se pensar a realidade do nosso país. Nesse sentido, compreender como a reestruturação produtiva, pautada no avanço do capital, tem implicações no processo de apropriação e de territorialização do espaço, permite entender as dinâmicas espaciais e as estratégias de sobrevivência dos camponeses frente a esse novo tempo.

Os grandes projetos de desenvolvimento rural continuam a reproduzir a lógica capitalista de concentração de capital nos novos espaços da produção, bem como no diferente acesso das classes rurais a terra e o consequente processo de expropriação e submissão ou expulsão dos atores rurais,



cujos espaços têm seus territórios promovidos por uma reestruturação paradoxalmente benéfica e excludente ao mesmo tempo.

A manutenção das condições de dominação é algo que ainda se perpetua no tempo e no espaço. O velho discurso pregado como forma de manutenção das condições favoráveis a sobrevivência e perpetuação dos poderes de uma tradicional elite agrária, se reelabora a fim de se adequar a uma nova forma de dominação do espaço, pautada na territorialização do agronegócio.

Embora a sistematização acerca do conceito de território, no âmbito geográfico, venha sendo desenvolvida desde o final do século XIX, as diferentes abordagens acerca dessa categoria (clássica, cultural[ista], econômica e jurídico-política) apresentam elos de complementaridade, o que torna possível explorá-lo sob o caráter de sua “multifuncionalidade conceitual” (HAESBAERT, 1997), ou de sua “multidimensionalidade” (FERNANDES, 2009). Contudo, depois de analisada a conjuntura em questão, considera-se que a acepção que trata das relações de poder e de dominação que se realizam no espaço (concepção jurídico-política) é a mais precisa para definir a multiterritorialidade que tem se produzido a partir da reestruturação de diversos locais, a exemplo do Projeto de Irrigação Várzeas de Sousa-PB.

No processo de formação do PIVAS, observa-se que o Estado tem atuado em favorecimento da classe dominante, fomentando, financiando e até mesmo gerenciando o referido projeto e, do mesmo modo, contrariando os discursos de redução da desigualdade social e de acesso aos meios de sobrevivência por parte da classe camponesa. Nesse sentido, tal como apontado por Scott (2002, p. 11), “em grande medida, pode-se dizer que a historiografia da luta de classes tem sido sistematicamente distorcida em favor de uma posição centrada do Estado.”

A territorialização do capital vem promovendo mudanças socioeconômicas significativas na área em que se assenta o Perímetro Irrigado Várzeas de Sousa. Atuando como maestro na estruturação do projeto, o Estado por meio da inserção de atividades agrícolas de conotações empresariais, promoveu não apenas o desenvolvimento de uma nova dinâmica produtiva, mas o surgimento de uma territorialização marcada pela subtração do espaço camponês pelo agronegócio (FARIAS, 2010), e pela luta dos expropriados da terra pela construção de um território capaz de garantir-lhes a uma vida digna, um futuro estável e a consequente manutenção de suas raízes e de sua identidade.

As Várzeas de Sousa constituem um território que apresenta duas vertentes ideológicas antagônicas: a do empresariado rural, representantes do setor do agronegócio e donos de empresas que se instalam na área, sedentas por uma produção em escala comercial e pela busca da lucratividade; e, a camponesa, idealizada por centenas de famílias, expropriadas e expulsas de suas terras, que hoje tentam sua sorte, reivindicando sua participação no projeto.

Nesse “reino de lutas” (SCOTT, op. cit.), ou nesse campo de batalha pela terra, revela-se a contraposição de ideologias na formação de territorialidades, evidenciadas pela divergência nas ações entre a materialização do capital e a busca pela conquista da cidadania pelos camponeses. Como assevera Fernandes (2009, p. 7):

As contradições produzidas pelas relações sociais criam espaços e territórios heterogêneos, gerando conflitualidades. As classes sociais, suas instituições e o Estado produzem trajetórias divergentes e diferentes estratégias de reprodução socioterritorial. [...] âmbito da conflitualidade é a disputa pelos modelos de desenvolvimento em que os territórios são marcados pela exclusão das políticas neoliberais, produtora de desigualdades, ameaçando a consolidação da democracia.

As transformações que se operam na área, decorrentes da implantação de um novo modelo agrícola, têm provocado uma resignificação, não apenas das relações de produção, mas no dizer de Habermas, apud Brito (2007, p. 144) no “Mundo da Vida”, ou seja, na atividade cotidiana dos camponeses que lutam para resistir a lógica capitalista que permeia o campo na atualidade. A globalização da economia, alicerçada em mercados cada vez mais exigentes, aliada a expansão da atividade agrícola comercial, tem promovido a supressão dos antigos moldes de produção extensiva



e, por consequência, afastado o camponês da terra ou o obrigado a nela continuar, muitas vezes, na condição de empregado.

Essa condição resultante da perda de espaço no meio rural, contudo, tem despertado a atuação da classe camponesa, que não aceitando as condições impostas pelo modelo empresarial, o qual lhes tem privado da possibilidade de viver e produzir em seu torrão, tem se organizado na luta para que o agronegócio não suprima de uma vez por todas o campesinato.

O (re)conhecimento de seus direitos e de seu poder de transformação da realidade em que vivem, tem levado os camponeses “a refletirem sobre as condições de exclusão e a necessidade de lutar contra ela pela via da organização, solidariedade e da mudança das formas de produção [...]” (GHIZELINI, 2007, p. 80). Assim, a resistência à dominação, em muitos casos, tem sido manifestada por meio de organizações que, através de ações coletivas, lutam pela libertação dos atores sociais e contra o funcionamento da economia dominada pelo lucro e pela vontade política de dominação.

Nesse âmbito, tem sido notória a maior participação dos camponeses na vida política da região e na defesa de seus interesses, enquanto classe. Através de representação política na Câmara de Vereadores da cidade de Aparecida (município adjacente ao de Sousa-PB), participações em rádios, na discussão de problemas relacionados à sua atividade, de cursos com representantes de classe (sobre Formação Política, Reforma Agrária), reuniões internas para direcionar ações e com governantes no sentido de dialogarem na busca pela satisfação de suas demandas, entre outras. Também tem se ampliado a capacitação de jovens da comunidade em cursos técnicos ou superiores, na área agrícola, visando adquirir conhecimentos que lhes possibilitem o desenvolvimento de práticas capazes de garantir a sustentabilidade dos modelos produtivos e a convivência dos camponeses com a seca.

Do mesmo modo, as manifestações promovidas pela classe camponesa tem se expressado na busca da construção de um “Território de Esperança”. Essa expressão vem sendo difundida por Moreira e Targino (2007), para se referir ao território conquistado pela luta camponesa. O “território de esperança” representa a materialização do desejo dos camponeses em conquistar seu torrão e se opõe diametralmente ao “território de exploração/exclusão”, que é forjado a partir do surgimento de novas dinâmicas econômicas na região e que, geralmente, tem incidido na desterritorialização e exclusão da classe camponesa.

O “Território de Esperança” é aquele conquistado e construído: pela luta de resistência camponesa para permanecer na terra; pela luta de ocupação de terra, promovida pelos trabalhadores sem terra; pela luta de consolidação das diferentes formas de agricultura camponesa. Essas diferentes estratégias simbolizam formas de “ruptura” com o sistema hegemônico, isto é, com a organização social, econômica e política pré-existente no agro brasileiro. Na verdade, trata-se de um território novo, construído com base na utopia e na esperança, “Território de Esperança”, “Território de Solidariedade” e também, parafraseando Félix Guattari, “Território de Desejo”, carregado de contradições, mas também de sinalizações de uma forma experienciada de organização social diferente daquela marcada pela subordinação, pela dominação, pela bestialidade da exploração. Desse modo, “Território de Esperança” representa a superação do “Território de Exploração” gestado no semi-árido, desde o período colonial, e que tinha como marcas maiores a concentração fundiária, a subordinação do trabalho, a dependência cultural e política dos trabalhadores e pequenos produtores aos “coronéis. [...]” (MOREIRA e TARGINO, op. cit., p. 76).

A luta pela construção de um “território de esperança” nas várzeas de Sousa-PB teve início no ano de 2004. Embora o Canal da Redenção tenha sido finalizado em 1998, as etapas de desapropriação, de realização de obras de infraestrutura, de seleção dos irrigantes e de licitação dos lotes empresariais, só tiveram fim em 2006.

Ainda em 2004, expropriadas das terras que dariam lugar ao projeto e não contempladas na seleção realizada pela Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Pesca - SEDAP, que concedeu lotes a 178 agricultores e a outorga para produzirem nos moldes de pequenos produtores (colonos irrigantes), centenas de famílias apoiadas pelos movimentos sociais do campo, se instalaram as



margens da BR-230, no setor sul do projeto, cuja área seria mais tarde, no ano de 2006, licitada às empresas dispostas a investirem na produção empresarial.

As pressões que se sucederam inicialmente sobre os ocupantes do acampamento e, posteriormente, as promessas de inserção dos camponeses no projeto, marcam o histórico de lutas dessa classe e evidenciam, ao mesmo tempo, o descaso e a falta de vontade política do poder público, nesses últimos 9 (nove) anos, em por fim a conflitualidade que ainda flameja na área.

Os governos que se sucederam no poder da Paraíba promoveram gastos exorbitantes e não foram efetivos no sentido de resolver a questão camponesa no PIVAS. O que se percebeu, em particular nos anos eleitorais, foi o uso de discursos dissimulados por parte da classe política para ganhar tempo e cansar os camponeses. O uso desse artifício ficou constatado quando a partir de uma série de promessas feitas pelo governo para retirar os camponeses do setor sul do projeto (lotes empresariais), foi-lhes prometido uma área com mais de 1.000 ha, localizada no setor norte, para a construção de um assentamento para as famílias camponesas e a sua posterior estruturação, transformando-a em perímetro irrigado.

Em 2007, Francinete Longuinho de Sousa (Neta), uma das ex-lideranças do acampamento, destacou que a mudança da posição geográfica do mesmo (que se encontrava do lado direito da BR-230, no sentido Sousa-Aparecida, e foi transferido para o lado esquerdo), se deu em meio a promessas do INCRA, representado, naquele momento, por seu superintendente Frei Anastácio. Ludibriados com a promessa que teriam parte da área do perímetro cedida aos acampados, para alocar um total de 141 famílias e a posterior posse da terra legalizada, os agricultores foram motivados a transferirem o acampamento para o outro lado da rodovia.

Resolvida essa questão, depois de alguns meses ocupando as terras do setor norte do projeto, os camponeses ainda aguardavam uma solução para o impasse quanto ao seu estabelecimento, em definitivo, naquela área do projeto.

Após diversas reuniões entre os representantes do INCRA, do Ministério da Integração Nacional, do Governo do Estado da Paraíba e sua respectiva Secretaria do Estado de Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca e dos representantes do assentamento, da CPT-Sertão e do MST, onde se discutiu a legalização do repasse das terras ocupadas ao INCRA, finalmente se chegou a um acordo. Através da assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, ficou estabelecido a cessão pelo Estado da Paraíba ao INCRA do uso de uma área de 1.007 hectares para fins de promover a reforma agrária nas várzeas de Sousa e assentar os camponeses.

Contudo, para a assinatura do referido TAC, o MIN exigiu do INCRA um projeto técnico de uso e exploração das terras destinadas aos assentados, o cronograma das etapas de trabalho visando a estruturação da área e um termo se responsabilizando pelo cumprimento da legislação de irrigação (pagamento das tarifas de água) e ambiental. Portanto, foi exigido do INCRA garantias quanto às formas de ocupação e uso da área, planos de ação e estratégias para a sua estruturação e penalidades a serem aplicadas nos casos de descumprimento das normas estabelecidas.

A demora no consenso entre as partes envolvidas, objetivando solucionar o deslinde sobre a área, parece denotar um evidente preterimento do governo estadual ao campesinato, já que seus esforços dentro do PIVAS são canalizados diretamente ao funcionamento dos lotes empresariais. Assim, essa postura que refreia as atenções e investimentos voltados à resolução dos problemas da classe camponesa, tem gerado um sentimento de grande insatisfação no grupo, que passa a resistir através de suas manifestações como passeatas, ocupações de terra e de prédios públicos e interdição de rodovias.

Após a mudança de gestor no Governo da Paraíba, chegou-se a um acordo e, em novembro de 2009, a Assembléia Legislativa aprovou o projeto de Lei n.º 1.411/2009, que autorizou o Poder Executivo a conceder o direito real de uso ao INCRA das áreas referentes ao Projeto de Irrigação Várzeas de Sousa, assim como sua estruturação de modo a possibilitar, em pouco tempo, o repasse das terras aos agricultores assentados.



O futuro próximo, em que as promessas deveriam, sem maiores delongas, se materializar em ações concretas, não passou de falácia, pois embora os camponeses estejam no assentamento há quase uma década, a falta de infraestrutura na área (condições de habitação, acesso a água e ao saneamento básico, vias transitáveis etc.), tem causado cansaço e angústia nas famílias instaladas. Isso contrasta com o novo nome dado ao primeiro acampamento criado: “Nova Vida I”. Esse acampamento (hoje assentamento), anteriormente conhecido como “Várzeas de Sousa”, teve seu nome substituído para manifestar a esperança coletiva de conquistas nessa nova fase, após a mudança da posição do acampamento para o setor norte do PIVAS (figura 1).



Figura 1 – Assentamento Nova Vida I
Fonte: LIMA, F. V., 2012.

Em meio à esperança se funde o sentimento de indignação e frustração pela precariedade nas condições de vida de muitas famílias assentadas. Isso pode ser notado nas palavras de Manoel Gouveia de Lima (Artur), coordenador do assentamento Nova Vida I, que, ao falar sobre o assunto, desabafou:

Nós espera, nós deseja que alguém faça alguma coisa pela comunidade, porque a gente tá todo mundo aqui, como se diz, jogado aí, sobrevivendo de nossos próprios punhos, de nosso trabalho. Qualquer repartição que chegasse e fizesse qualquer atividade pela gente, a gente só tinha a agradecer, porque pra gente, era pro INCRA resolver esse problema aqui, mas o INCRA diz que não tem dinheiro. O Estado repassou esses 1.007 ha pro INCRA pra resolver nosso problema e agora o problema não ta resolvido. Ele fez o loteamento, nós já estamos com os lotes divididos, mas não tem casa, não tem água, nem tem estrada. Como é que nós vamos sobreviver dentro de um lote sem ter nada? Aí bate um inverno aqui, pra nós sair daqui pra um lote, nós não temos acesso ao lote. (Entrevista com Manoel Gouveia de Lima – “Artur”, coordenador do assentamento Nova Vida I, em 25/05/12).

Quanto ao substantivo que designa o local onde os camponeses se instalam e territorializam suas ações, é importante destacar que há mudanças na forma de como os camponeses se percebem e vislumbram seu futuro, tendo em vista que no acampamento o medo de serem jogados para fora da terra é constante, enquanto na constituição de um assentamento, a luta pela terra – muitas vezes, já garantida -, cede espaço à busca por melhores condições de produção e por uma vida digna.

Assim, no processo de ocupação do território, são acrescentados novos conteúdos ao termo assentamento (FABRINI, 2002), que passa a figurar como uma novidade espacial em que os camponeses buscam não apenas a conquista da terra de trabalho, mas também a busca da liberdade, da afirmação de uma identidade e o reconhecimento dos seus direitos.

Esse processo também é tratado por Heredia apud Lima (2009, p. 81), ao afirmar que “os assentamentos vêm possibilitando o acesso à propriedade da terra por parte de uma população historicamente excluída e que, embora mantendo algum tipo de inserção no mercado de trabalho, o fazia em condições bastante instáveis e precárias.”

A demora nas ações por parte do governo parece denotar uma estratégia para desarticular os assentados – que estão debaixo de barracas ou de casas de taipa em posição de resistência –, através da burocracia estatal, do cansaço promovido por uma espera sem fim e da marginalização provocada pelas elites e pelos meios de divulgação de massa que, manipulados pelos grupos de pressão ao governo, incutem no imaginário popular uma visão preconceituosa e deturpada do campesinato. Adjetivado como arruaceiro e desestabilizador da ordem social vigente, o camponês poucas vezes é visto enquanto ator social, como alguém que luta pelos seus direitos de lavrar a terra, de se manter dignamente vivo e como sujeito que também pode contribuir para o desenvolvimento do país.

ENTRE LUTAS, PROMESSAS E CANSAÇO. ASSIM SURGE UM NOVO CAMPONÊS, ASSIM SURGE UM NOVO SONHADOR...

Os problemas enfrentados nos assentamentos fazem parte de uma luta cotidiana, em que a utopia e a vida em conjunto representam, muitas vezes, a renovação das esperanças camponesas quanto a um futuro melhor.

Essa forma de resistir as imposições e pressões de um sistema que tenta, a todo momento, desestabilizar os movimentos sociais rurais, é assim vista por Fabrini (2002):

as manifestações coletivas nos assentamentos surgem como forma de resistência ao ordenamento social capitalista e tem implicações nas relações de poder. As ações coletivas entre os camponeses são atividades desenvolvidas a partir da descoberta e de revelações políticas. As revelações políticas construídas nos assentamentos apontam para nova compreensão do ordenamento da (sic) social e espacial, indicando o conteúdo do território camponês (FABRINI, op. cit., p. 84-5).

As conquistas fazem parte de um esforço coletivo e reiterado de busca pela materialização de um ideal. Como nos afirma Scott (2002, p. 11), “para trabalhadores que operam, por definição, numa desvantagem estrutural e sujeitos à repressão, as formas de luta cotidianas podem ser a única opção disponível.”

A resistência dos sem terra na luta pelo acesso à terra manifesta-se nas diversas ações como, por exemplo, a de remontar a construção do acampamento, retomar a produção da lavoura e reorganizar o grupo para que, mesmo diante as desavenças, possam permanecer unidos e fortes na luta contra o grande latifúndio (LIMA, 2009, p. 86).

Através de pesquisas in loco, constata-se que o processo de instalação do perímetro na área dos assentados se arrasta no tempo e provoca incertezas e indagações quanto ao seu futuro. Afinal, que interesses escusos estariam por trás da incontestável inatividade do governo? Seria cansar o grupo de assentados e promover sua desistência do projeto, o que tornaria possível licitar aquela área a outras empresas interessadas em explorar o agronegócio?

O acirramento na disputa que envolve camponeses versus empresários agrícolas das Várzeas de Sousa, ganha mais um capítulo com as denúncias do uso de agrotóxicos por parte da empresa Santana Agroindustrial, o que tem provocado contínuas manifestações camponesas.

A maioria dos integrantes do protesto eram mulheres camponesas e, assim como vem se sucedendo em movimentos anteriores, o manifesto tem marcado a luta contra a produção de grãos com o uso de venenos, que prejudicam a água, o solo e a saúde dos moradores e animais dos assentamentos Nova Vida I e II.



Diante do registro das falas e ações dos atores que constituem o PIVAS, visualiza-se mais uma demonstração da contraposição de ideologias e de discursos que se acirram na disputa pelos projetos de desenvolvimento rural para aquela área. Assim, no dizer de Farias (2010, p. 61),

portanto, entram em conflito os pontos de vista do capitalismo trazido pelo agronegócio exportador e a necessidade da conquista da cidadania pela afirmação da identidade camponesa, em que sair vencedores ou perdedores desse embate será resultante direto da resistência de uns e cansaço de outros.

Com base nesses desdobramentos que envolvem a materialização do PIVAS, inferi-se que a luta camponesa é a luta contra o modelo vigente de desenvolvimento rural, pautado, com raras exceções, na capitalização e modernização das grandes unidades agrícolas, voltadas a monocultura. Esse modelo que prioriza o uso de pacotes tecnológicos para produção e (re)produção do agronegócio, “nada mais é que um modelo sociológico que define o uso de grandes propriedades de terras, de agrotóxicos e mecanização” (FONSECA e LIMA, 2009, p. 13), que ora exclui, ora seleciona o trabalhador rural.

Em face da incansável luta dos movimentos sociais rurais, as ações que objetivam a formação de um espaço que beneficie os camponeses lentamente vão se concretizando nas Várzeas de Sousa-PB. Porém a instalação de um perímetro irrigado contraria os preceitos da luta camponesa, tendo em vista que as determinações do Ministério da Integração Nacional para que seja estabelecida uma área de irrigação comercial, vão ao encontro da ideologia camponesa da luta contra a concentração fundiária e o agronegócio.

A área de 1.007 ha cedida ao INCRA, no fim de 2007, para a estruturação e formalização do assentamento de famílias acampadas foge do modelo convencional administrado por esse órgão e assessorado pelo MST e pela CPT. O modelo proposto de criação de um perímetro irrigado para os camponeses assentados assemelha-se ao modelo criado para 178 pequenos produtores (colonos irrigantes), que estão instalados no projeto, voltados, em sua grande parte, a fruticultura irrigada.

Assim, a proposta do governo visa à criação de um novo modelo de produtor: o “camponês irrigante”, figura forjada em meio ao jogo de forças que se materializa na criação do PIVAS.

As famílias camponesas, talvez cansadas por uma longa espera, resolvem aceitar as imposições determinadas a partir da assinatura da concessão de direito de uso da terra. Os termos firmados entre o governo do Estado, o INCRA e as lideranças dos assentamentos, estabeleceram a obrigação dos camponeses produzirem três tipos de culturas: melão, melancia e goiaba a serem destinadas ao mercado externo. Como, inicialmente, os assentados só teriam a posse dos lotes, ficou determinado que as famílias que não produzissem esses gêneros ou as que não mostrassem produtividade perderiam o direito de continuar no distrito de irrigação, sendo assim substituídas.

A imposição de condições aos camponeses quanto ao uso das terras, num modelo produtivo que se assemelha a uma espécie de “microagronegócio”, é vista como uma afronta a ideologia camponesa, já que prende o camponês a uma camisa-de-força, distanciando-o de sua busca pela independência e pela liberdade.

Essas considerações se harmonizam com o pensamento de muitos camponeses que veem com medo o modo como estão sendo integrados ao projeto Várzeas de Sousa. Nos moldes como tem sido implantado, a luta pela construção de um “território de esperança” não tem garantido nada mais do que a conquista de um “território de prisão”, já que aos camponeses são exigidas condições de onde irão e o que devem produzir, bem como o destino de sua produção.

As imposições que tem limitado o poder de decisão dos camponeses, prendendo-os àquilo que julgam refletir à ideologia empresarial que se instala sobre a área que compõe o Projeto Várzeas de Sousa, são vistas com receio pelas lideranças do assentamento. Isso fica evidenciado nas palavras de “Célia”, fiscal do assentamento Nova Vida I, que assim se posicionou:



Aqui nós luta por liberdade, não para ficar presos para trabalhar, para satisfazer ninguém, não pode. Nós luta por uma melhoria de vida sustentável, para nossas famílias e para resolver nossos problemas. A gente tem que trabalhar com variedades. A gente luta por liberdade, se fosse pra lutar pra ser preso, pra plantar isso, plantar aquilo, nós continuaria numa prisão. E se for iniciado dessa maneira... (Entrevista com Maria Célia Alves da Silva Oliveira, fiscal do assentamento Nova Vida I, em 25/05/12).

A implantação do perímetro irrigado na área dos assentamentos, em conformidade com o que preceitua o governo e o INCRA, abre espaço para a propositura de mais uma categoria de análise para a geografia e outras ciências que trabalham o meio rural: o “Território de Prisão”. Essa categoria faz referência ao território que é gestado a partir da aceitação, por parte dos camponeses, de imposições dos órgãos estatais que planejam e estruturam territórios para inseri-los nos projetos de irrigação. Essas determinações modificam seu perfil produtivo, afastando-os de suas raízes e distanciando-os de seu projeto de vida que é a luta pela a afirmação de sua identidade, pela conquista de sua cidadania e contra as diversas formas de expropriação e exploração que historicamente têm sido promovidas pelas classes dominantes, pelo latifúndio e pelo agronegócio.

A construção teórica de Moreira e Targino acerca da categoria “Território de Esperança”, e a referência ao surgimento do “Território de Exclusão” e do “Território de Prisão”, nos permite idealizar e esboçar o processo de materialização do capital no espaço circunscrito pelo PIVAS e seus reflexos sobre a produção de uma multiterritorialidade naquela área (figura 2).

Dessa forma, ocorre o avanço do processo de territorialização do capital no espaço, que com a ajuda do Estado, cria e recria territórios de prisão, submetendo os atores sociais às suas exigências e fatalidades. Causando a impressão de que além da existência de uma contradição na forçada mudança da ideologia camponesa, existe um risco patente quanto a não continuidade no processo de reprodução do campesinato. Sujeitá-los a uma lógica de mercado, afastando-os de sua autonomia produtiva e de suas condições de recriação, pode culminar, na visão de muitos, no total remodelamento do campesinato, distanciando-o de seu formato original, tal qual conhecemos hoje.

Diante dos fatos abordados, depreende-se que o lado anverso dessa aparente contradição reside no conhecimento de que a aceitação das imposições por parte das famílias camponesas instaladas nas várzeas de Sousa faz parte de uma estratégia interna do grupo para permanecerem na terra. É como se dissessem: inicialmente, lutamos para conseguir a terra; agora, a luta é para permanecermos e produzirmos o que julgamos necessário a nossa sobrevivência.

A primeira proposta que nós recebemos para nos assentar dentro das Várzeas de Sousa foi que nós trabalhássemos pelo agronegócio, mas nós somos contra o agronegócio, então, íamos passar a ser pequenas empresas, achávamos isso uma barbaridade, por sermos de Sousa, de nossa região, ao invés de nós produzirmos a nossa alimentação, que também pode servir aqui para a nossa região, ia servir somente para a exportação, lá fora. Então eles colocaram bem: ‘ou vocês aceitam o projeto “Várzeas de Sousa” pelo agronegócio e se tornam pequenas empresas, ou então vocês estão banidos de todas as Várzeas de Sousa’. Não tinha mais aquele negócio de ir para a “beira” da BR porque quem vinha para cá era a Polícia Federal de Brasília e de João Pessoa, então a gente fez a alternativa e dissemos “vamos aceitar”, depois que sair a casa e o lote nós vamos travar outra briga para que a gente saia do agronegócio (Francinete Longuinho de Sousa – Neta, em 03 de março de 2009 no acampamento Nova Vida I, apud FARIAS, 2010, p. 79-80).

No momento em que estão inseridos no projeto, poderíamos julgar que os camponeses pas-sam a contribuir com o agronegócio. Porém essa estratégia é uma forma de fugir do enfrentamento cansativo de antes (FARIAS, 2010), passando a ser erigida uma nova bandeira de luta por uma posse definitiva da terra, mesmo que a permanência (num primeiro momento) esteja condicionada a certas cláusulas, como o plantio de determinados produtos e a obtenção de determinados índices de produtividade.



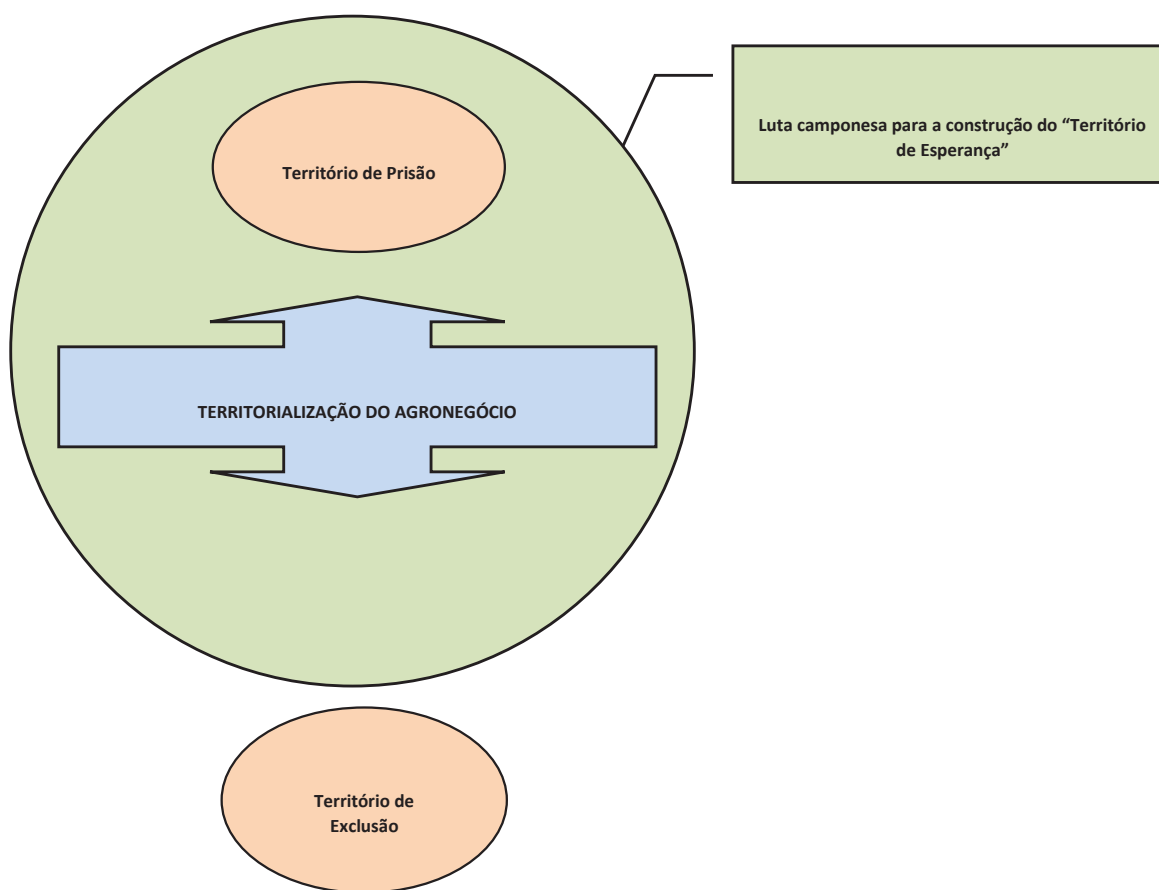


Figura 2 – A territorialização do agronegócio, a formação dos “Territórios de Exclusão” e do “Território de Prisão” e a luta camponesa para a construção do “Território de Esperança” nas Várzeas de Sousa-PB.

Fonte: Elaborado por LIMA, F. V., 2012.

A alternância dos argumentos e objetivos dos camponeses, enquanto estratégia de permanência nos lotes pode ser também denotada no depoimento de “Artur”, que esta a frente do assentamento “Nova Vida I”.

No início, a gente disse que aceitava, mas aí nós via isso. Lá na frente nós já tinha nossa estratégia. Nós quer a terra, vamos lutar pra conquistar a terra. É que nem hoje; hoje nós estamos com a terra, agora a gente quer a casa, a gente quer água; agora nós estamos com o trunfo na mão. Agora no começo, lá, era isso mesmo: nós produz o que vocês quiserem, nós quer a terra! Nós não podia dizer não, porque eles poderiam dizer: esse cara não quer produzir, não quer trabalhar, se tá dizendo que não quer produzir o que nós queremos... Tendo a terra pra lá, nós fazemos isso aí, mas depois não. (Entrevista com Manoel Gouveia de Lima – “Artur”, coordenador do assentamento Nova Vida I, em 25/05/12). (grifos nossos).

Nesse processo, percebe-se que a conquista da terra é apenas o primeiro passo para se buscar a autonomia, tendo em vista que os objetivos camponeses só serão alcançados quando a classe tiver em mãos o direito de produzir as culturas que julgar necessárias a sua sobrevivência. A ideia inicial é atender as exigências a eles impostas, na produção de frutas para a exportação, porém, aos poucos os camponeses buscarão integrar, ao processo produtivo, às culturas de subsistência.

Essa compreensão é importante até porque existem diversos riscos da inserção camponesa em um processo produtivo assemelhado ao agronegócio, que depende de diversos condicionantes, como a conjuntura econômica (expansão/retração do mercado consumidor), acesso ao crédito, qualificação para trabalhar com determinadas culturas, tecnificação da produção e rigidez no processo produtivo (controle de produção). No fundo, entende-se que existem dificuldades para a classe camponesa se

enquadrar no perfil exigido por atividades que requerem maior especialização, porém, obrigar que se adequem a esse modelo, causará a diminuição na oferta de produtos básicos no mercado (e seu consequente encarecimento) e no aumento do desemprego rural, tendo em vista que a tecnificação suprime a mão-de-obra desnecessária no processo produtivo.

Enquanto os anseios camponeses não se materializam, eles procuram vencer as adversidades diárias do assentamento. Embora a agricultura seja à base de sustentação dessa classe, em virtude das circunstâncias climáticas que os impedem de produzir “para além do inverno”, os camponeses vem se articulando através do desenvolvimento de outras atividades, não agrárias (pintura, artesanato, confeitaria, prestação de serviços, etc.), que além de garantirem uma renda para os períodos mais difíceis do ano, servem para fortalecer os laços de fraternidade entre os membros do assentamento.

Na visão de Marques, apud Farias (2010, p. 69), todas as formas de diversificação das atividades da classe camponesa constituem:

uma forma criativa de burlar a escassez de recursos, de meios de produção e as intempéries naturais através da coletivização das atividades, revela, ainda, uma forma de contrapor a posição de subordinação do sistema capitalista (pela extração de excedentes e exploração de mão de obra).

Sobre as estratégias e as intencionalidades de suas ações na consecução dos objetivos traçados, dentre eles a luta contra a construção de um “território de prisão”, com grande lucidez Lima (2009, p. 18), enfatiza que:

A intencionalidade de cada ator político materializa-se no espaço por meio de comportamentos e estratégias que são realizadas com a finalidade de conquistar seus anseios. Observar as intenções ou a intencionalidade dos atores pode possibilitar a visualização empírica das contradições nas ações sociais destes. É preciso levar em consideração as referências culturais inerentes ao espaço de ocorrência do fenômeno, uma vez que algumas questões podem ser respondidas se esse aspecto for levado em consideração.

A existência da agricultura camponesa reflete sua enorme capacidade de adaptação e de luta dos camponeses frente às adversidades econômicas e políticas que dificultam sua existência e diuturnamente se insurgem para sua extinção. Nesse processo de construção de um território que corresponda as aspirações camponesas, estão em jogo a conservação de seus valores materiais e subjetivos que se incorporam ao cotidiano das lutas políticas por terra e por água e por condições sociais mais igualitárias. Assim,

[...] a formação de territorialidades camponesas da luta por terra não é apenas um fator de reivindicação cidadã, é um espaço de reprodução de um ideal de vida e do desejo de transformação social; é a espacialização de uma utopia de vida e também da esperança de ser visto não mais à margem da sociedade, e, sim, entre os cidadãos que formam o Estado. A conquista da terra reivindicada passa a ser não um sonho, mas materialização do desejo e da esperança da classe camponesa (FARIAS, op. cit., p. 53).

O camponês enquanto sujeito social, ao buscar transformar sua realidade, atua como protagonista que tem na sua ação a possibilidade de realizar seus propósitos de vida. Essa necessidade de autoafirmação surge como um imperativo vital diante das mutações que ocorrem e remodelam o rural, e sua indignação aliada à busca por liberdade é condição sine qua non para a sobrevivência de sua cultura e de seu modo de vida. “O sujeito, mais ainda que razão, é liberdade, libertação e negação” (TOURAINÉ, apud GHIZELINI, 2007, p. 64).

É importante destacar que a luta travada pelos camponeses do PIVAS vai além de uma questão econômica ou territorial. Ela transcende essas esferas, ampliando-se para um universo maior, que os façam sentir-se valorizados pelo que são e por sua importância social. Esse também é o entendi-



mento de Abramovay (1995), ao afirmar que as ações dos camponeses não visam apenas à conquista de seu torrão, mas, sobretudo, a busca da cidadania, evidenciada em sua maior participação nas decisões que influem nas políticas de desenvolvimento do espaço agrário, no acesso a educação e saúde, enfim, em ações que possibilitem sua integração a vida política, social e econômica do país.

Essa luta por dias melhores para o campesinato certamente permanecerá indefinida no tempo e talvez nunca se alcancem os resultados esperados, tendo em vista que os discursos pregados em seu favor, quase sempre, carecem de ações realmente concretas. Contudo, os camponeses não podem fraquejar na busca de seu ideal. Suas aspirações também representam os anseios de toda uma sociedade que tem reconhecido, cada vez mais, a necessidade de se romper às velhas estruturas de poder e dominação que historicamente ditaram as relações no meio rural e contribuíram para o agravamento do alarmante quadro de desigualdade social que ainda impera.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O debate sobre os rumos da agricultura e as políticas públicas que lhe dão suporte parece continuar no centro das atenções dos estudos geográficos e de outras ciências que analisam o meio rural, tendo em vista a importância que essa atividade assume no cenário nacional e internacional, com fortes implicações para as economias dos países que a tem como principal fonte de captação de recursos.

O avanço do meio técnico-científico veio conceber novas interpretações as paisagens e manifestar a expansão do capital, numa escala jamais vista, promovendo o rearranjo produtivo dos espaços através de uma valorização seletiva e de investimentos públicos e privados voltados à difusão de projetos agrícolas irrigados.

O uso da ciência e da tecnologia na transformação desses espaços tem, contudo, promovido a desarticulação das tradicionais formas de uso e ocupação do solo, com severas implicações sobre seus agentes produtivos, já que a modernidade trouxe consigo o seu lado nefasto, consubstanciado na subordinação e submissão dos povos autóctones a monopolização do capital, da terra e de recursos.

As várzeas de Sousa, localizadas no alto sertão da Paraíba, surgem como espaço produtivo condicionado as imposições desse modelo agropecuário que cresce em nosso país. As novas dinâmicas econômicas na região vêm promovendo um processo de multiterritorialização do espaço, em que os embates são a tônica de um jogo de forças sociais que se torna manifesto em meio à criação do Projeto de Irrigação Várzeas de Sousa.

O PIVAS teve como pano de fundo levar ao sertão paraibano uma atividade agroindustrial de dimensões transnacionais, através do desenvolvimento da agricultura irrigada. Contudo, o projeto se desenhou em meio a uma implantação problemática, resultado de discórdias, denúncias e investigações, e dos interesses conflitantes entre os atores que o constituem, representados, de um lado, pelos grupos econômicos do setor de agronegócios, e de outro, por centenas de famílias camponesas que buscam sua participação ativa no projeto.

Não foram raras as vezes que o projeto tomou as páginas dos noticiários. Da idealização à sua materialização, várias modificações foram realizadas em seu plano para melhor adaptação aos interesses políticos e empresariais até chegar a sua versão final, instituída e instalada hoje. Corroborando com o viés político e empresarial do projeto, destaca-se o efetivo direcionamento das ações do Estado beneficiando as empresas que se instalaram na região com o repasse de grande parte das terras do projeto, o que prejudicou centenas de famílias camponesas que foram retiradas de suas terras e jogadas em assentamentos com a promessa futura de que seriam integradas ao processo produtivo.

Diante do jogo de forças que emerge na área do PIVAS, entre a classe camponesa e o empresariado rural que, com o apoio das políticas agrícolas instituídas pelo Estado, tem provocado a sujeição do trabalho ao capital e a formação de territórios de exclusão, não foi possível ainda a obtenção de respostas definitivas para muitos dos questionamentos que se desvelam na implantação



daquele projeto. Não obstante, pressupõe-se que a solução para os problemas que o afetam poderia estar centrada, como pensa Abramovay (1995, p. 21), na promoção de uma Revolução Duplamente Verde que se fundamentaria na “valorização do potencial agrícola das regiões e das populações rurais que ficaram à margem das formas dominantes de progresso técnico.”

Para isso, é imprescindível a constante luta dos movimentos sociais rurais, no sentido de resistir as pressões decorrentes do processo de modernização do campo e promover o fortalecimento dos camponeses, para que estes mantenham acesos seus propósitos de vida e não continuem apenas reféns de um sistema que se metamorfoseia para satisfazer tão-somente suas necessidades. Até porque, a classe camponesa, mesmo ameaçada pelo “poder dominante que fragmenta e descaracteriza seus valores, crenças e sua identidade cultural” (GHIZELINI, 2007, p. 65), deve ter como foco de resistência a preservação de sua cultura e não ter no mercado sua razão ou ideal de mundo.

A resistência camponesa traduz-se numa luta cotidiana pela manutenção de sua identidade e, no caso do PIVAS, na flexibilização de suas estratégias como meio de se adaptar as imposições políticas e econômicas locais sem, contudo, abrir mão de sua liberdade, de seus princípios e de seus objetivos.

Os camponeses, enquanto esperam o fulgir do sol, sonham com um novo tempo... A conquista do “território de esperança” marca a criação de uma nova territorialidade e de um novo sujeito camponês, porém não sinaliza o fim do combate as forças de comando e dominação. Afinal, a besta chamada capitalismo continua a agir impetuosamente sobre povos e territórios e seus verdadeiros combatentes devem estar sempre atentos para não serem surpreendidos em sua trincheira de luta.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- ABRAMOVAY, Ricardo. De volta para o futuro: mudanças recentes na agricultura familiar. In: Iº Seminário Nacional do Programa de Pesquisa em Agricultura Familiar da EMBRAPA. *Anais...* Petrolina/PE, 1995, p. 17-27.
- BRITO, Celestino de O. Limites para a adequação da agroindústria artesanal familiar aos mecanismos de mercado. In: BRANDEBURG, Alfio, [et. al.] **Ruralidade e questões ambientais: Estudo sobre estratégias, projetos e políticas.** Brasília: MDA, 2007, pp. 143-171.
- FABRINI, João Edmilson. O projeto do MST de desenvolvimento territorial dos assentamentos e campesinato. *Terra livre*. Ano 18, n.º 19, jul./dez. 2002. São Paulo, 2002, p. 75-93.
- FARIAS, Arethusa E. M. de. **Os incomodados que resistem: contradições e territorialidades camponesas no Projeto de Irrigação Várzeas de Sousa na Paraíba.** (Dissertação de Mestrado). João Pessoa: UFPB/CCEN, 2010.
- FERNANDES, Bernardo M. Sobre a Tipologia de Territórios. In: SAQUET, Marco A.; SPOSITO, Eliseu S. (Orgs.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos.** São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- FONSECA, Helen N. C. da; LIMA, Edvaldo C. de. Espaço agrário paraibano no contexto dos movimentos de luta pela terra e Reforma Agrária: MST. In: XIX ENGA, São Paulo, 2 a 7 de fevereiro de 2009. *Anais...* São Paulo, 2009, p. 01-16. Disponível em: http://www.geografia.ffe.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%20XIXENGA/artigos/Fonseca_HNC.pdf. Acesso em: 11/07/12.
- GHIZELINI, André M. O assessoramento técnico-organizativo como base para a organização social e política na agricultura familiar. In: BRANDEBURG, Alfio, [et. al.] **Ruralidade e questões ambientais: Estudo sobre estratégias, projetos e políticas.** Brasília: MDA, 2007, pp. 63-86.
- HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste.** Niterói: EDUFF, 1997, 293 p.
- LIMA, Valéria R. P. de. **Gestão dos recursos hídricos: conflito e negociação da água do Canal da Redenção – Sertão da Paraíba.** (Dissertação de Mestrado). João Pessoa: UFPB/CCEN-PPGG, 2009, 176 pp.
- MOREIRA, Emília de R. F.; TARGINO, Ivan. De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semiárido paraibano. *Revista NERA*. Ano 10, n.º 10, jan.-jul./2007. Presidente Prudente, 2007, p. 72-93.



LIMA, F. V.

SCOTT, James C. Formas cotidianas da resistência camponesa. **Revista Raízes**. Vol. 21, n°. 01, jan.-jul./2002. Campina Grande: UFCG/PPGS, 2002, p. 10-31.

Trabalho enviado em junho de 2015
Trabalho aceito em agosto de 2015

